

Escola Domingos Rebelo



Plano Integrado para a
Promoção do Sucesso
Escolar - ProSucesso

INDICE

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 3 |
| 2. ENQUADRAMENTO | 3 |
| 2.1. Taxas de transição | 3 |
| 2.2. Taxas de absentismo e/ou abandono escolar | 4 |
| 3. EIXO I - FOCO NA QUALIDADE DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS. 6 | 6 |
| 3.1. Medidas de continuidade..... | 6 |
| 3.1.1. Projeto Fénix-Acores: modalidade de apoio Ninho (Matemática: 8.º ano) | 6 |
| 3.1.2. Crédito horário (Português: 9.ºano)..... | 7 |
| 3.1.3. Diferenciação pedagógica | 7 |
| 3.1.3.1. Elementos do currículo que podem ser diferenciados | 7 |
| 3.1.4. CEDORE (Clube Escolar Domingos Rebelo)..... | 11 |
| 3.2. Medidas a implementar | 12 |
| 3.2.1. Competências, metas e conteúdos para a obtenção do sucesso..... | 12 |
| 3.2.2. Promoção de uma efetiva cultura de trabalho em sala de aula. | 13 |
| 3.2.3. Política de escola em relação aos trabalhos de casa. | 15 |
| 3.2.4. Dois segmentos em regime de turnos para as disciplinas de Inglês e Matemática (7º e 9º anos); Inglês e Português (8ºano): | 16 |
| 3.2.5. Modalidade de apoio Fénix A-B-C na disciplina de Português no 7.º ano..... | 17 |
| 3.2.6. Cursos de verão de Português (Oficinas de leitura e de escrita), Inglês e Matemática. | 17 |
| 3.2.7. Projeto-piloto para a disciplina de História | 20 |



| | |
|--|-----------|
| 3.2.8. Direção de Turma: Mais é Melhor | 21 |
| 3.2.9. Sala de Estudo | 21 |
| 3.2.10. Tutoria..... | 26 |
| 3.2.11. PROFIJ Nível II Tipo 2..... | 29 |
| 3.2.12. Prolongamento do calendário letivo do 1.º ano dos cursos profissionais | 29 |
| 3.2.13. Indisciplina | 29 |
| 3.2.14. Gabinete de Intervenção Disciplinar (G.I.D.)..... | 30 |
| 3.2.15. Desdobramento da Área Curricular Não Disciplinar de Cidadania | 33 |
| 4. Eixo II – PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS DOCENTES | 34 |
| 5. Eixo 3 – MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA E PARCEIROS SOCIAIS..... | 34 |



1. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de aumentar o sucesso escolar em todos os níveis e ciclos de ensino e reduzir o abandono precoce, aumentando as taxas de transição e conclusão dos ciclos de estudo, a Direção Regional da Educação tem vindo a divulgar o Plano Integrado para a Promoção do Sucesso Escolar – ProSucesso.

Tendo em consideração as metas apresentadas no documento referido, a Escola Secundária Domingos Rebelo propõe-se dar cumprimento aos objetivos delineados com um conjunto de iniciativas, estando algumas já em curso, outras a implementar no ano letivo 2015/2016.

As medidas apresentadas neste documento privilegiam as ações em linha com os três eixos de ação prioritária do *ProSucesso*.

2. ENQUADRAMENTO

2.1. Taxas de transição

Taxa de transição do 3ºCiclo no ano letivo 2014/2015 – 82%:

- 7.º Ano – 72%
- 8.º Ano - 86%
- 9.º Ano - 88%

Taxa de transição do PROFIJ Nível II no ano letivo 2014/2015 – 77%:

- 8.º Ano - 68%
- 9.º Ano - 86%



Taxa de transição do 3ºCiclo, ensino regular e PROFIJ Nível II, no ano letivo 2014/2015 – 79,5%.

Metas para o 3.º Ciclo – ensino regular e PROFIJ Nível II:

- Curto prazo (anual) - 82%
- Médio prazo (2020/21) - 86%
- Longo prazo (2025/26) - 90%

2.2. Taxas de absentismo e/ou abandono escolar

Durante o ano letivo de 2014/2015 foram sinalizados, no Gabinete da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (GCPCJ), 144 alunos tendo-se procedido ao acompanhamento de 135 alunos, dado que os restantes foram transferidos de escola ou emigraram.

Dos alunos sinalizados a maior percentagem é de alunos do 7º ano (17,8%), do Programa Oportunidade (17,8%), do PROFIJ (16,3%) e dos Cursos Profissionais (15,6%).

Após a intervenção do GCPCJ, verificou-se que 46,7% dos alunos (63) melhoraram a sua situação escolar:

- 7º ano: 50% (12 alunos)
- 8º ano: 90,9% (10 alunos)
- 9º ano: 62,5% (5 alunos)
- 10º ano: 66,7% (10 alunos)
- 11º ano: 60% (3 alunos)
- Programa Oportunidade: 33,3% (8 alunos)
- PROFIJ: 36,4% (8 alunos)
- Cursos Profissionais: 28,6% (6 alunos)
- UNECA: 20% (1 alunos)



Daqui se conclui que os alunos matriculados do Programa Oportunidade, PROFIJ, e Cursos Profissionais são os que revelam menos sucesso na intervenção.

Importa ainda referir que dos 135 alunos acompanhados pelo GCPCJ, 40% (54 alunos) foram sinalizados por falta de assiduidade, 17% (23 alunos), por motivos comportamentais aliados ao de assiduidade 23 e 17% (23 alunos) por abandono escolar.

Dos 79 alunos acompanhados pelo GCPCJ/TFM (Tribunal de Família e Menores), 38 (48,1%) demonstraram uma melhoria escolar, porém, em 41 alunos (51,9%) não se verificou qualquer melhoria.

Dos 56 alunos acompanhados unicamente pelo GCPCJ, 26 (46,4%) revelaram uma melhoria escolar, enquanto 30 (53,6%) não revelaram qualquer melhoria.

A elevada percentagem de casos de insucesso verifica-se, sobretudo, nos alunos com percurso escolar de insucesso repetido, comportamentos desajustados, interesses divergentes dos escolares e, ainda, nos alunos com pais e/ou Encarregados de Educação pouco intervenientes no processo educativo dos seus educandos. Contudo, acredita-se que o acompanhamento que tem vindo a ser prestado permitiu uma diminuição do abandono escolar, apesar de ainda pouco significativo (17%).

Com o objetivo de melhorar a qualidade de intervenção do GCPCJ dos alunos com absentismo escolar e/ou em risco de abandono escolar, a escola aumentou o grupo de trabalho para 3 docentes de apoio ao representante do GCPCJ. A função desses docentes de apoio tem permitido aumentar o número de reuniões com discentes e respetivos Encarregados de Educação, em tempo útil, por um lado, e, por outro, melhorar o acompanhamento aos alunos sinalizados.

Optou-se, ainda, por realizar uma reunião quinzenal entre a representante do GCPCJ e os docentes de apoio, para que, em conjunto, possam refletir e



discutir sobre os casos dos alunos com acompanhamento e delinear as estratégias adequadas a cada um deles.

O diretor de turma deve manter o Conselho Executivo informado sobre os casos de falta de assiduidade, nomeadamente dos alunos que atingiram, injustificadamente, o limite de faltas, para que se possa agir, de forma concertada, em tempo útil. Por último, importa salientar que a figura do tutor é imprescindível para que, em atuação com o GCPCJ, se consiga atingir as metas abaixo fixadas.

Metas para a falta de assiduidade e/ou absentismo escolar

- Curto prazo (anual) - 30%
- Médio prazo (2020/21) - 20%
- Longo prazo (2025/26) - 0%

Metas para o abandono escolar

- Curto prazo (anual) - 15%
- Médio prazo (2020/21) - 9%
- Longo prazo (2025/26) - 0%

3. EIXO I - FOCO NA QUALIDADE DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS

PRIORIDADES

3.1. Medidas de continuidade

3.1.1. Projeto Fénix-Acores: modalidade de apoio Ninho (Matemática: 8.º ano)

No 8.º ano de escolaridade, são constituídos um ou mais Ninhos para a disciplina de Matemática, em função do número de turmas Fénix. O grupo



de alunos que frequenta o Ninho deve ser pequeno e tem aulas ao mesmo tempo que os restantes alunos da turma, noutra sala e com outro professor, para que recuperem as aprendizagens em atraso.

3.1.2. Crédito horário (Português: 9.ºano)

No 9.º ano de escolaridade, os alunos têm mais 45 minutos no seu horário na disciplina de Português, com o objetivo de consolidarem as aprendizagens, sobretudo nos domínios da leitura e da escrita, e melhorarem os resultados escolares.

3.1.3. Diferenciação pedagógica

Se hoje olharmos para as nossas salas de aula vemos um espelho do nosso país. Deparamo-nos com alunos de diferentes culturas, alguns, estimulados desde muito cedo, com capacidades de aprendizagens mais avançadas e complexas, outros, sem estímulos até à idade escolar, com grandes dificuldades de aprendizagem; alguns, com experiências sociais e culturais diversificadas que lhes permitem um percurso escolar gratificante, outros, cujas vivências estão circunscritas à sua área de residência e necessitam que a escola lhes abra os horizontes e lhes dê condições para realizarem um percurso escolar de sucesso. Todos estes alunos, no entanto, têm algo em comum – são jovens, dentro da escolaridade obrigatória, que têm o direito de ter professores que considerem o seu ponto de partida, potenciando o seu crescimento máximo e o seu sucesso individual.

Assim, a ESDR propõe-se continuar a desenvolver práticas de diferenciação pedagógica como forma de abordar e conceber o ensino e a aprendizagem. Neste sentido, a escola não encara a diferenciação pedagógica como algo “extra” que os professores fazem, mas como uma imagem de marca da qualidade do trabalho do professor.

3.1.3.1. Elementos do currículo que podem ser diferenciados

1. Conteúdos



- Os conteúdos dos programas, de uma forma geral, são idênticos para todos os alunos, variando apenas, na maioria dos casos, o **grau de profundidade** com que são abordados, consoante os perfis dos alunos. Se numa turma, por exemplo, coexistirem alunos com razoável/bom e baixo rendimento escolar, devem-se seguir as planificações elaboradas pelos departamentos para alunos regulares, eliminando-se, no caso dos alunos com dificuldades, o acessório, ou seja, aquilo que não é essencial para futuras aprendizagens.
- Para alunos com graves dificuldades e níveis/classificações negativas, a abordagem acima referida não é, por vezes, suficiente. Para estes alunos, deve-se elaborar uma **planificação de ciclo** adequada às suas necessidades. No primeiro ano, devem ser selecionados os conteúdos considerados essenciais, distribuindo-se os mais abstratos e complexos, de forma gradual, pelos anos subsequentes. Sempre que se detete que os alunos não adquiriram, em anos anteriores, **conhecimentos básicos** para a compreensão dos conteúdos a serem lecionados, deve-se, de imediato, colmatar essa lacuna, para que as aprendizagens sejam significativas e se realizem com sucesso.

2. Processo

- A diferenciação pedagógica não pressupõe tarefas diferentes para cada aluno, em todas as aulas, sobretudo se os objetivos de aprendizagem de um determinado conteúdo forem iguais para toda a turma. Neste caso, basta apenas que o professor varie o modo de apresentação para ir ao encontro dos diferentes estilos de aprendizagem dos alunos e que ajuste a complexidade dos conteúdos e da linguagem para maximizar a participação e o sucesso escolar.



- Quando os objetivos de aprendizagem forem diferentes, as atividades devem ser diferenciadas, cabendo ao professor fornecer várias opções com diferentes níveis de dificuldade.
- O tempo destinado a uma atividade pode, também, variar consoante o ritmo de aprendizagem dos alunos.
- O tipo de apoio prestado na sala de aula, aquando da realização de uma tarefa, também não é igual para todos, sendo que se deve prestar aos alunos com mais dificuldades um apoio mais frequente e mais personalizado, quer pelo professor, quer por um colega da turma (peer tutor).
- Devem-se promover dinâmicas de trabalho de sala de aula equilibradas e diversificadas, nomeadamente o trabalho individual, de pares, de grupo e grupo-turma, consoante o perfil dos alunos. Por exemplo, pode-se optar, deliberadamente, por atribuir um trabalho individual aos alunos sem dificuldades e um trabalho de pares aos que necessitam de algum apoio.
- Se as medidas de sala de aula não forem suficientes, deve-se dar aos alunos algum trabalho de remediação e/ou encaminhá-los para a sala de estudo.

3. Produtos

- Os produtos também podem ser diferenciados, dado que existem várias formas de se demonstrar tudo o que de essencial se aprendeu. O professor pode definir, em diálogo com os alunos, que trabalho cada um vai realizar e que grau de dificuldade ele deve ter, de acordo com os objetivos individuais traçados.

A título de exemplo, enquanto a maior parte dos alunos de uma turma com bom aproveitamento escolar faz uma revisão crítica de um livro ou de um artigo de uma revista, os alunos com mais



dificuldades elaboram um resumo desse livro ou artigo. Numa apresentação oral sobre uma obra de leitura extensiva, os alunos que se destacam pela positiva trabalham uma obra com um grau de dificuldade adequado ao ano de escolaridade que frequentam, enquanto os alunos com baixo rendimento escolar preparam a apresentação de uma obra um pouco mais acessível, geralmente de um nível correspondente ao ano escolar anterior.

Embora, à primeira vista, o professor possa pensar que está a recuar em vez de progredir ao permitir produtos diferentes numa mesma turma ou nível de ensino, a verdade é que está a dar aos alunos a oportunidade de realizarem aprendizagens básicas fundamentais para que, até ao final do ciclo, consigam efetuar, tendo em conta os exemplos acima descritos, uma recensão crítica ou uma apresentação de uma obra com o grau de dificuldade correspondente ao ano que frequentam.

4. Avaliação

- Um dos princípios básicos da avaliação das aprendizagens é a coerência entre o que se ensina, como se ensina e o que se avalia. Assim sendo, um aluno que é sujeito a diferenciação pedagógica numa determinada disciplina deve ter **testes/trabalhos diferenciados**, um pouco mais acessíveis, embora dentro do mesmo nível dos alunos regulares.

Por exemplo, num teste de compreensão e produção de textos escritos, os alunos com mais dificuldades podem ter o mesmo texto com alguns cortes e/ou uma lista com o vocabulário mais difícil; podem ter um maior número de respostas fechadas (escolha múltipla, verdadeiro/falso, pergunta/resposta...) e/ou diversos exercícios, cada um deles com a correspondência a cada um dos parágrafos assinalada para que possam focalizar mais facilmente a sua atenção; podem, ainda, ter um exercício de



reescrita de frases mais curtas e menos complexas do que as dos colegas, com o objetivo de testar conteúdos gramaticais. Enfim, são inúmeras as possibilidades de se adaptar um instrumento de avaliação às especificidades de aprendizagem de cada aluno.

- À medida que os alunos sujeitos a diferenciação pedagógica vão progredindo e se aproximam dos objetivos traçados – chegar à positiva, deve-se reduzir gradualmente o número de atividades diferenciadas nos testes de avaliação, até que esta já não seja necessária. Logo que um aluno atinja uma percentagem/classificação muito próxima da positiva (por exemplo 47%/ 9 valores) deve fazer o **teste dos alunos regulares** no momento de avaliação seguinte.

3.1.4. CEDORE (Clube Escolar Domingos Rebelo)

Este clube promove e garante a oferta de um conjunto diversificado de atividades, no âmbito da Atividade Física /Recreativa/Desportiva, devidamente orientadas por técnicos especializados, e tem como objetivos:

- Contribuir para a formação equilibrada dos jovens promovendo estilos de vida saudáveis de forma a combater o insucesso e o abandono escolar;
- Promover o gosto pela prática regular da atividade física e assegurar a compreensão da sua importância como fator de saúde e componente da cultura, na dimensão individual e social, contribuindo assim para o consequente afastamento de práticas e comportamentos de desvio social;
- Alargar a prática desportiva dos alunos contribuindo para a criação de uma cultura desportiva na escola;



- Desenvolver o espírito desportivo nos alunos, promovendo a competição com colegas da sua escola e de outras escolas, contatando com realidades sociais e culturais diferentes da sua;
- Dinamizar o espaço escola;
- Aprofundar a ligação escola/meio, de forma a transforma-la num fator de desenvolvimento social e cultural da área onde se insere;
- Promover a participação ativa de pais ou encarregados de educação nas atividades desenvolvidas pelo clube escolar, nomeadamente as de carácter recreativo/lúdico.

3.2. Medidas a implementar

3.2.1. Competências, metas e conteúdos para a obtenção do sucesso

As metas curriculares para o nível 3, de todas as disciplinas do 3.º ciclo do Ensino Básico, estabelecem o que nos Programas se deve eleger como prioridade, definindo os conteúdos/conhecimentos a adquirir, bem como as competências a desenvolver pelos alunos, nos 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade.

Neste sentido, as metas que se apresentam, elaboradas e aprovadas em departamento, referem-se àquilo que pode ser considerado como as aprendizagens essenciais a realizar pelos alunos em cada disciplina, por ano de escolaridade, para que consigam atingir o nível 3 e possam prosseguir, com sucesso, os seus estudos.

É com base nestas metas que se deve proceder à organização e planificação do ensino para os alunos com dificuldades, cujo principal objetivo é obterem sucesso escolar, atingindo o nível 3. De igual modo, são estas metas que devem ser tidas em conta na elaboração de todos os instrumentos de



avaliação para estes alunos. (Para todos os outros alunos, o referencial será, obrigatoriamente, o das Metas Curriculares Nacionais.)

Em conformidade com o exposto, e dando cumprimento a um dos princípios básicos da avaliação das aprendizagens – a coerência entre a avaliação e as aprendizagens realizadas, devem-se elaborar testes diferenciados para os alunos que têm por objetivo atingir o nível 3.

3.2.2. Promoção de uma efetiva cultura de trabalho em sala de aula.

Dentro da sala de aula, o aluno deve ser um agente ativo, cabendo ao professor orientá-lo na construção do conhecimento e no desenvolvimento de competências. Assim, propõe-se:

- Evitar ocupar a maior parte da aula com teoria, favorecendo aulas mais práticas, para que haja um maior equilíbrio entre teoria e prática. Isto é, a teoria deve estar ao serviço da prática e não o contrário;
- Utilizar, sempre que possível, a estratégia *flipped classroom*, tornando a sala de aula num centro de trabalho onde se constrói o conhecimento, através da discussão de um tema/conceito disponibilizado ao aluno na forma de pequeno texto/documento/vídeo, a ler/visionar em casa, e que depois será trabalhado na aula nas suas várias vertentes. A aula propriamente dita dedica-se ao desenvolvimento de competências, em que o aluno mobiliza os conhecimentos previamente adquiridos, ou parcialmente adquiridos, para realizar uma tarefa. Daí a importância de dedicar uma parte significativa da aula à prática;
- Centrar mais a aula nos alunos, dando-lhes mais tempo de palavra, evitando, assim, aulas demasiado expositivas. Por exemplo, um aluno ou grupo de alunos prepara um subconteúdo simples para apresentar aos colegas. O professor poderá preparar uma ficha de trabalho, tipo grelha, em que os outros alunos tomam notas, sistematizando, assim,



a matéria aprendida. Na apresentação de um novo conteúdo, o professor poderá, também, diminuir o seu tempo de fala, privilegiando uma breve especulação entre pares e posterior apresentação à turma, para que, através da discussão de ideias, os alunos tirem as suas conclusões e sistematizem-nas;

- Privilegiar a interação entre os alunos na sala de aula, e não tanto a de professor-aluno-professor, promovendo, com regularidade, o trabalho de grupo e de pares;
- Promover o espírito de ajuda entre pares, em que os alunos com mais conhecimento apoiam os colegas com mais dificuldades, estabelecendo-se, assim, um regime de tutoria entre pares;
- Fomentar a verificação da realização das atividades propostas na sala de aula, de modo a incentivar os alunos a cumpri-las e a não se limitarem a ficar à espera da correção. Caso o aluno persista com o mesmo comportamento, deve ser encaminhado para o GID, que procederá de acordo com o estipulado no Regulamento Interno da escola;
- Fomentar a verificação constante das respostas às questões de um teste dos alunos que, sistematicamente, têm por hábito deixar respostas em branco;
- Em caso de recusa de realização de um elemento de avaliação, seja ele escrito ou oral, deve-se adotar o seguinte procedimento caso o aluno não apresente, por escrito, um parecer clínico:
 - a) dar outro tipo de trabalho ao aluno, como por exemplo, uma cópia de um texto do manual, da sistematização de uma regra, ou a repetição de exercícios do caderno diário, entre outros. O diretor de turma deve ser informado, com a maior brevidade possível, da ocorrência, para que possa chamar,



atempadamente, o encarregado de educação à escola, com o objetivo de o sensibilizar para a importância dos elementos de avaliação no sucesso escolar do seu educando e para as consequências que daí podem advir, nomeadamente uma participação disciplinar, por não cumprir com a função que o professor lhe deu e com o seu dever de aluno;

b) encaminhar, de imediato, o aluno para o GID, caso este se recuse a realizar as tarefas atribuídas pelo professor. O GID agirá de acordo com os procedimentos que constam do Regulamento Interno da escola.

- Criar pequenas atividades para os alunos que rapidamente concluem as tarefas de sala de aula, por exemplo, um ou dois exercícios mais complexos, a leitura de um artigo de uma revista para que o aluno o resuma posteriormente à turma, etc. Poder-se-á, também, pedir a esses alunos que comparem as respostas dos exercícios entre si e, em caso de desacordo, apresentarem argumentos para chegarem a um consenso sobre a solução mais acertada. Outra hipótese, ainda, será pedir a esses alunos que acabam rapidamente as tarefas para circularem na sala de aula, ajudando a esclarecer as dúvidas dos colegas;
- Criar um clima de sala de aula que favoreça a aprendizagem, sem descurar o exercício da autoridade do professor, que deve ser assertivo nas medidas que se propõe aplicar. Não se pode “ameaçar” de forma sistemática um aluno com a ordem de saída de sala de aula e nunca agir em conformidade.

3.2.3. Política de escola em relação aos trabalhos de casa.

O tópico relativo aos “trabalhos de casa” mereceu viva análise reflexiva. Os programas e a natureza das disciplinas curriculares não dispensam o trabalho individual como instrumento efetivo de consolidação de



conhecimentos. Assim, a realização dos trabalhos de casa apresenta vantagens uma vez que promove bons hábitos de estudo, ajuda a consolidar e esclarecer o que foi aprendido durante o horário escolar, permite a prática, com conteúdo, de conceitos e competências, melhora o desempenho dos alunos nos testes de avaliação e, ainda, incute e ensina a autodisciplina, a responsabilização e a gestão/organização de tempo.

Com base nestes pressupostos, consideramos importante o trabalho de casa, desde que haja o cuidado de adequar a sua natureza à maturidade etária e cognitiva do aluno, bem como a sua complexidade relativamente às metas a atingir e às competências a desenvolver. Estas são exigências que devem estar presentes na solicitação de qualquer trabalho de casa.

No que respeita à questão da desigualdade social e à necessidade de a escola promover uma real igualdade de oportunidades, esta é uma preocupação em relação à qual os docentes desta unidade orgânica têm uma aguda consciência. Neste sentido, a escola disponibiliza aos seus alunos diversas modalidades de reforço e consolidação didático-pedagógica: apoios individualizados, salas de estudo, serviços do centro de recursos e biblioteca, entre outras.

3.2.4. Dois segmentos em regime de turnos para as disciplinas de Inglês e Matemática (7º e 9º anos); Inglês e Português (8ºano):

a atribuição de mais um segmento de 45 minutos ao professor destas disciplinas, de modo a que dois segmentos de 45 minutos funcionem em regime de turnos, sendo esses segmentos destinados respetivamente: ao desenvolvimento das competências de compreensão, interação e produção orais da língua inglesa; à realização de mais atividades com o objetivo de desenvolver a compreensão da Matemática, à comunicação Matemática, o raciocínio Matemático, a capacidade de fazer Matemática de um modo autónomo e a capacidade de resolver problemas; ao desenvolvimento dos domínios da leitura e da escrita na disciplina de Português.



Acompanhamento e Monitorização:

Matemática, Português e Inglês: O acompanhamento e a monitorização do desenvolvimento do projeto serão feitos pelos coordenadores dos departamentos das disciplinas que o integram. No final de cada período será elaborado um relatório com o balanço geral dos resultados alcançados.

3.2.5. Modalidade de apoio Fénix A-B-C na disciplina de Português no 7.º ano.

Cada duas turmas serão divididas em três grupos consoante o perfil de desempenho dos alunos. Os grupos serão constituídos de forma equitativa, com um máximo de quinze discentes, a fim de melhorar o seu desempenho nos vários domínios (da escrita, da leitura, da oralidade e da gramática).

Acompanhamento e Monitorização:

No final de cada período será elaborado um relatório com o balanço geral dos resultados alcançados.

3.2.6. Cursos de verão de Português (Oficinas de leitura e de escrita), Inglês e Matemática.

Os alunos que transitam para o 8.º ano com nível inferior a 3 nas disciplinas acima referidas frequentam um curso de verão com o objetivo de adquirirem os conteúdos básicos dos programas dos anos letivos anteriores, num curto período de tempo, para que tenham possibilidade de obter sucesso nessas disciplinas nos anos subsequentes. Excecionalmente, e em regime de disponibilidade, os cursos podem ser frequentados por um aluno que, apesar de ter obtido nível 3 no final do ano letivo, sobretudo devido ao seu esforço e à sua postura na sala de aula, não desenvolveu todas as competências essenciais que lhe permitam perspetivar progredir, com segurança, nos anos letivos seguintes.



O 7.º ano de escolaridade é considerado prioritário por ser aquele em que os alunos sentem mais dificuldades devido a ser um ano de transição de ciclo e implicar mudança de escola. Contudo, poderão, eventualmente, frequentar os cursos em questão alunos de outros anos com insucesso reiterado, caso haja disponibilidade, sendo que a lista de candidatos não deve ultrapassar os vinte alunos por curso.

As **Oficinas de Português** têm a duração de 4 semanas (última semana de junho e primeiras três semanas de julho), num total de 50 horas, a que correspondem 60 segmentos letivos. As sessões de trabalho ocorrem de segunda a sexta-feira, das 09:30 às 12:15, com intervalo das 10:15 às 10:30. O curso é ministrado por dois professores de Português, em dias alternados. Em virtude da metodologia adotada e das dificuldades dos alunos, poderá ser necessária a presença na sala de aula dos dois professores em simultâneo.

O **curso de Inglês** tem igual duração, distinguindo-se, porém, na carga horária e na sua distribuição: 60 horas (75 segmentos) que decorrem de segunda a sexta-feira, das 09:30 às 12:45, com intervalo das 11:00 às 11:15.

O curso é ministrado por dois/três professores, em dias alternados.

Se um aluno adquirir classificação inferior a 50% num dos momentos de avaliação, ou sempre que o professor achar necessário, pode ocorrer uma das seguintes situações, cabendo ao professor decidir qual delas deve aplicar, tendo em conta o empenho e o esforço do aluno:

- a) o aluno leva uma ficha de remediação para ser feita em casa no mesmo dia;
- b) o aluno reúne com o professor na tarde do dia seguinte à entrega do teste e trabalham em conjunto para que as dificuldades sejam ultrapassadas.



O **curso de Matemática**, à semelhança do que acontece com os cursos de Português e Inglês, tem a duração de 4 semanas (última semana de junho e primeiras três semanas de julho), num total de 60 horas (75 segmentos letivos). A distribuição da carga horária e o modo de funcionamento são iguais aos do curso de Inglês.

As aulas são dadas por três professores de Matemática. Um professor pode lecionar o primeiro bloco e outro o segundo, ou, então, podem lecionar em dias alternados. Pode-se, também, dar o caso de, em determinados dias, ser necessária a presença dos dois professores em simultâneo, dependendo das dificuldades dos alunos e/ou das atividades previstas.

É de referir, ainda, que o programa do curso deve, também, contemplar estratégias de aprendizagem que desenvolvam o raciocínio lógico-dedutivo, a resolução de problemas e a comunicação matemática, tendo sempre o objetivo de ajudar os alunos a ultrapassarem as suas dificuldades e a atingirem os seus objetivos.

Todos os cursos têm um programa específico, elaborado pelos professores de acordo com os programas e metas curriculares do 2.º ciclo e do 7.º ano de escolaridade, que visam, fundamentalmente, dar a oportunidade aos alunos de adquirirem os pré-requisitos necessários nas várias disciplinas para que tenham possibilidade de obter sucesso nos anos seguintes.

Relativamente às condições de admissão, os alunos devem:

- a) ser assíduos e pontuais;
- b) cumprir todas as regras de sala de aula;
- c) realizar todas as tarefas propostas, dentro e fora da sala de aula;
- d) adquirir o material didático na reprografia da escola, sendo o mesmo gratuito para os alunos com acesso a recursos pedagógicos no âmbito da ação social escolar;
- e) adquirir o material didático e pôr a matéria em dia caso falem por motivo de doença ou de força maior;



- f) acompanhar os seus pais e/ou encarregados de educação à reunião que se refere abaixo e assinar um contrato, responsabilizando-se pelo exposto nas alíneas anteriores.

Os pais e/ou encarregados de educação são convocados para uma reunião com o Conselho Executivo e os professores do Projeto e assinam um contrato, corresponsabilizando-se pelo cumprimento das condições acima referidas. Devem garantir, ainda, que os seus educandos cumprem, diariamente, o que lhes é proposto realizar em casa, com vista à consolidação dos conteúdos lecionados.

Será aplicada a avaliação formativa e sumativa, optando-se por metodologias de avaliação contínua, com o intuito de se aferir se os alunos são capazes de mobilizar os conhecimentos adquiridos.

No final dos Projetos, os alunos recebem um certificado relativo ao curso frequentado, com registo da data, do número total de horas e do respetivo aproveitamento.

Os Projetos são avaliados, a curto prazo, através dos resultados obtidos nos diversos momentos de avaliação, a longo prazo, durante o ano letivo subsequente, através da análise da progressão do aluno na disciplina em que frequentou o curso. No final do 8.º ano, é elaborado um relatório que dará conta de como o curso decorreu e da taxa de sucesso dos alunos ao longo desse ano de escolaridade.

3.2.7. Projeto-piloto para a disciplina de História

Este projeto-piloto envolve uma turma do 7º ano com dificuldades de aprendizagem e problemas de comportamento associados. Será realizado em Par Pedagógico com professores da disciplina e tem como objetivo desenvolver um trabalho projeto que permita mostrar a atualidade dos acontecimentos.

Acompanhamento e Monitorização:



Quinzenalmente, o par pedagógico procede a uma avaliação da operacionalização das atividades, alterando as estratégias sempre que necessário, de modo a alcançar os objetivos estipulados para a turma.

3.2.8. Direção de Turma: Mais é Melhor

Este projeto, que prevê a atribuição de mais 45 minutos não letivos aos Diretores de Turma do 7.º e 10.º anos, será implementado para que seja possível realizar um trabalho mais próximo e personalizado com os discentes e docentes, no sentido de prestar o apoio necessário de forma célere e informada.

Acompanhamento e Monitorização:

No final do ano letivo, será aplicado um questionário aos docentes e discentes, na plataforma virtual *Moodle*, com vista à avaliação da eficácia da medida implementada.

3.2.9. Sala de Estudo

A necessidade de criar uma SALA DE ESTUDO surge para melhorar o desempenho dos alunos, permitindo-lhes desenvolver competências conducentes ao Sucesso Escolar.

REGULAMENTO

Artigo 1.º

Objetivos

- Desenvolver competências que favoreçam o êxito pessoal/grupo e construção de saberes;



- Favorecer o desenvolvimento de métodos de estudo e hábitos de trabalho autónomo e/ou em grupo;
- Possibilitar o apoio especializado para esclarecimento de dúvidas sobre assuntos já abordados nas aulas;
- Proporcionar orientação e apoio no estudo individual ou em grupo: revisão de matérias estudadas, organização de apontamentos, recolha de informação, resolução de problemas e realização de trabalhos de casa;
- Incentivar o desenvolvimento de hábitos e técnicas de estudo em alunos pouco motivados;
- Ajudar os alunos a identificar os recursos necessários à realização das suas tarefas;
- Estimular práticas de entreajuda entre alunos na vida escolar.

Artigo 2.º

Operacionalização

A Sala de Estudo pretende ser um espaço pedagógico com um ambiente educativo diferente daquele a que o aluno está habituado a vivenciar nas áreas curriculares disciplinares, aproveitando o seu tempo livre de forma construtiva e enriquecedora.

As aprendizagens organizam-se em função das necessidades dos alunos, podendo ser:

- Diferenciadas: que atendem aos problemas de cada um;
- Autónomas: que permitam aos alunos aprender a aprender, sozinhos;
- Mútuas: que permitam que os alunos aprendam e ensinem outros alunos.



Artigo 3.º

Destinatários

- Todos os alunos que frequentam a escola;
- Alunos que voluntariamente a procurem para realização dos seus estudos/trabalhos;
- Alunos com um plano de estudo proposto pelo Conselho de Turma;
- Alunos propostos pelo(s) professor(es), por forma a complementar o trabalho desenvolvido na sala de aula.

Artigo 4.º

Funções do(a) Coordenador(a)

- Divulgar, junto da comunidade escolar, informação relativa à Sala de Estudo;
- Promover, organizar e coordenar as atividades promotoras do sucesso escolar dos alunos;
- Dar resposta às solicitações dos alunos;
- Organizar o processo de registo dos alunos;
- Organizar o inventário do material existente e zelar pela sua conservação;
- Apresentar relatório anual de avaliação ao Conselho Executivo;
- Promover a cooperação entre os professores que constituem a equipa da Sala de Estudo;
- Apreciar e considerar todas as sugestões relativas ao funcionamento da sala de estudo apresentadas por alunos, professores e funcionários.



Artigo 5.º

Funcionamento

A sala de estudo funciona das 16h10 às 17h40.

2ªfeira - disciplinas: Matemática, Física e Química, Biologia e Ciências Naturais.

3ªfeira: disciplinas: Filosofia, História, Português, Matemática e Economia.

5ªfeira: disciplinas: Português, Inglês, Física e Química, Francês, Alemão, Geografia.

Artigo 6.º

Regras de Funcionamento

- Entrar de forma ordeira e educada, evitando perturbar as atividades que estão a decorrer;
- Zelar pelo material, limpeza e arrumação da sala;
- Registo de presenças apenas para os alunos avaliados com dificuldades.

Nota: o aluno que desrespeitar as regras será suspenso da frequência da Sala de Estudo.

Artigo 7.º

Recursos Humanos

Todo o pessoal docente.

Será nomeado um coordenador pelo Órgão de Gestão da Escola.

A equipa de trabalho deverá ser constituída por professores de diversas áreas disciplinares dos diversos percursos de ensino:

- Orientar e incentivar os alunos para a utilização deste espaço;



- Acompanhar os alunos no esclarecimento das suas dúvidas e na realização de trabalhos;
- Assegurar a criação e manutenção de um clima de estudo e de trabalho saudável e estimulante.

Artigo 8.º

Recursos Materiais

Dossiês e fichas de trabalho das várias disciplinas, manuais, etc

Artigo 9.º

Tarefas Prioritárias

Aprender a:

- consultar o manual, o dicionário, tabelas de sistematização de regras...;
- sublinhar, fazer esquemas, tirar apontamentos, resumir,...;
- explorar e construir mapas, construir e interpretar tabelas e gráficos;
- elaborar trabalhos de pesquisa;
- fazer trabalho para apresentação oral e relatórios;
- refletir sobre a sua aprendizagem, identificar dificuldades e fazer o levantamento de necessidades;
- aprender a fazer uma bibliografia;
- resolver exercícios no âmbito das várias disciplinas, de acordo com as necessidades.
- Etc.



Artigo 10.º

Acompanhamento e Monitorização

O projeto será avaliado no final de cada período, através da autoavaliação dos alunos, da sua progressão nas diversas disciplinas e do parecer dos professores. No final do ano letivo, será apresentado um relatório com base nas avaliações periódicas e pareceres dos intervenientes.

Registo de todos os alunos para efeitos estatísticos e registo dos alunos apenas os sinalizados com dificuldades.

3.2.10. Tutoria

“A figura de tutor como alguém que é capaz de potenciar o projeto e sentido de vida daquele que acolhe, contribuindo para que todas as suas potencialidades sejam despertadas e estimuladas.... O conceito de tutoria inclui uma dimensão de processo, de cuidado, de comprometimento com o outro, para que este se assuma como construtor principal do seu sentido de vida”.

Azevedo & Nascimento (2007)

A Escola, perante os novos desafios do séc. XXI e as exigências impostas pelo atual contexto, é hoje confrontada com uma crescente heterogeneidade cultural, social e ética dos seus alunos, cada vez mais difícil de gerir. Neste contexto, esta instituição, de forma a responder às novas necessidades dos discentes, considera que a tutoria se apresenta como uma medida capaz de responder, de forma individualizada, às novas situações.

A tutoria pedagógica é uma ação de orientação/suporte por parte de um tutor (docente) a um aluno ou grupo de alunos, realizada de forma sistemática e contínua, dedicando o tutor aos seus tutorandos uma atenção privilegiada.

Objetivos:



- Facilitar o desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas, pessoais e sociais no(s) aluno(s) que visem melhorar o seu desempenho escolar e as suas atitudes e relações interpessoais;
- Promover a motivação para a aprendizagem;
- Promover a qualidade do processo de aprendizagem;
- Promover a participação ativa dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem.
- Orientar e esclarecer dúvidas sobre a organização do estudo;
- Refletir sobre as potencialidades e dificuldades sentidas pelos alunos;
- Auxiliar no processo de integração e adaptação dos alunos no contexto escolar;
- Esclarecer e debater questões escolares;
- Promover a participação ativa dos estudantes na vida académica e recreativa da instituição.

Fases de implementação

1ª Fase

2015/16:

- O órgão de gestão designa três professores para formação em Tutoria e Mediação;
- Replicação da formação na escola pelos professores envolvidos;
- Criação de bolsa de tutores.

2ª Fase

Operacionalização do projeto no ano letivo 2016/2017



Destinatários

Todos os alunos que apresentem dificuldades de integração, de aprendizagem, de organização do estudo e/ou problemas de comportamento e assiduidade, devidamente sinalizados pelo Conselho de Turma, SPO e CPCJ. A aplicação desta medida de apoio deve ter o consentimento do encarregado de educação. Os alunos selecionados que não compareçam às sessões de forma injustificada são excluídos deste programa quando excederem o limite de faltas previstas (o dobro do número de sessões semanais).

Funcionamento

O tutor reúne com os seus tutorandos uma vez por semana, durante aproximadamente uma hora, numa sala a designar para o efeito.

No início de cada ano letivo, tutor e tutorando(s) devem agendar um calendário das sessões tutoriais, assim como um horário de atendimento semanal, de carácter mais individualizado.

Cada tutor adotará os procedimentos de trabalho que considerar mais apropriados ao aluno/grupo. Sugere-se que, para cada sessão, se definam objetivos a desenvolver, estratégias a implementar e seja feita uma avaliação. Em cada sessão deverá planificar-se a seguinte em conjunto com o(s) tutorando(s).

Acompanhamento e Monitorização:

Para além das avaliações feitas por sessão tutorial entre tutor e tutorando(s), no final de cada período, o tutor entrega ao diretor de turma um relatório de cada tutorando, que é analisado em conselho de turma. Este órgão deve emitir opinião acerca da eficácia da aplicação desta medida.



No final de cada ano letivo, o grupo de tutores realiza uma avaliação final de todo o programa tutorial, elaborando um relatório que é analisado em Conselho Pedagógico.

3.2.11. PROFIJ Nível II Tipo 2

A frequência desta modalidade de ensino passa de dois para três anos de escolaridade. Tendo em consideração que os discentes que frequentam este tipo de ensino têm dificuldades de aprendizagem e de organização no estudo, esta medida permite disponibilizar tempo para os apoios que se julguem necessários.

Acompanhamento e Monitorização:

A avaliação do desenvolvimento do projeto é feita pelos professores que o integram, através da monitorização dos resultados obtidos pelos alunos no final de cada ano letivo. Desta reflexão é elaborado um relatório a se analisado em Conselho Pedagógico.

3.2.12. Prolongamento do calendário letivo do 1.º ano dos cursos profissionais

O calendário letivo do 1.º ano dos cursos profissionais é prolongado até meados do mês de julho. Tendo em conta que os discentes que frequentam este tipo de ensino têm dificuldades de aprendizagem e de organização no estudo, esta medida permite disponibilizar mais tempo para os apoios que se julguem necessários.

Acompanhamento e Monitorização:

A avaliação do projeto é feita através da monitorização dos resultados obtidos pelos alunos no final dos módulos. Desta reflexão é elaborado um relatório endereçado ao Conselho Pedagógico.

3.2.13. Indisciplina



Os problemas relacionados com a indisciplina têm sido uma preocupação recorrente da Escola Secundária Domingos Rebelo. Uma análise ao registo das participações disciplinares permite concluir que “violação dos direitos de aprendizagem de todos” e “incorreção na relação com o docente e falta de respeito pela autoridade deste” são as situações mais frequentes. Para além das medidas já implementadas, em cumprimento do estipulado no Estatuto do Aluno, a escola propõe-se sensibilizar a comunidade educativa para os problemas disciplinares e respetivas consequências.

No início do ano letivo, a Escola divulga, através de um prospeto orientado exclusivamente para as questões da disciplina, uma síntese das atitudes e comportamentos que os alunos devem adotar de maneira a favorecer a aprendizagem. De igual modo, constará nesse prospeto um conjunto de atitudes e comportamentos que os alunos devem adotar/evitar no espaço escolar, bem como as medidas a aplicar em caso de incumprimento.

Qualquer elemento da comunidade educativa entenda que um comportamento presenciado é suscetível de constituir infração disciplinar, deve encaminhar o(s) aluno(s) para o Gabinete de intervenção disciplinar (GID).

Os comportamentos que violem os deveres previstos no Estatuto do aluno ou no Regulamento Interno da Escola, que perturbem o funcionamento normal da escola ou da comunidade educativa, constituem infrações passíveis de aplicação de medida disciplinar (preventiva e de integração) ou sancionatória.

3.2.14. Gabinete de Intervenção Disciplinar (G.I.D.)

Com o objetivo de colmatar os problemas disciplinares que possam surgir é criado na escola o Gabinete de Intervenção Disciplinar (G.I.D.).

Sendo a disciplina entendida como a interiorização de um conjunto de regras básicas do *saber ser* e *saber estar*, merece particular atenção por parte de



todos os intervenientes no processo educativo: alunos, pais, professores e funcionários. Por desempenhar um papel essencial na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, a rápida intervenção nos casos de comportamento inadequado constitui-se como uma das formas de, gradualmente, reduzir a incidência de caso de indisciplina.

REGULAMENTO

Artigo 1.º

Reorganização do gabinete disciplinar

O anterior GAD, Gabinete de Acompanhamento Disciplinar, é agora designado por Gabinete de Intervenção Disciplinar, G.I.D.

Artigo 2.º

Funcionamento

- O G.I.D. funciona das 8h30m às 17 horas;
- O horário é afixado na porta do gabinete com a lista dos docentes aí presentes;
- É criada a disciplina G.I.D. na plataforma moodle, onde estão inscritos todos os diretores de turma e os docentes deste gabinete;
- É criada uma pasta no ambiente de trabalho do computador do gabinete que inclua o Estatuto do Aluno, o Regulamento Interno e o Regulamento do G.I.D.

Artigo 3.º

Recursos

- Computador ou livro de registos;
- Telefone interno e/ou telemóvel;
- Lista de contactos telefónicos dos Encarregados de Educação por turma.



Artigo 4.º

Composição

O G.I.D é composto por:

- Um docente, nomeado pelo órgão de gestão, por um período de um ano, que assume as funções de coordenador do gabinete;
- Todos os professores a quem é atribuída a tarefa de acompanhar os alunos no G.I.D.

Artigo 5.º

Competências do coordenador do gabinete

Compete ao coordenador do G.I.D:

- Coordenar o gabinete;
- Monitorizar o seu funcionamento e os recursos aí existentes;
- Colaborar com os Diretores de Turma na avaliação das atitudes dos alunos reincidentes, a partir do diálogo e da reflexão conjunta sobre o(s) comportamento(s) inadequados que causaram a ordem de saída de sala de aula;
- Avaliar o funcionamento do G.I.D. trimestralmente, informando o Conselho Executivo sobre o número de alunos encaminhados para o gabinete, idade, turma e o motivo do encaminhamento.

Artigo 6.º

Competências dos docentes

- O docente que receber o aluno inteira-se da ocorrência e telefona, de imediato, ao Encarregado de Educação;
- O docente informa o diretor de turma, via moodle, como decorreu o contacto com o Encarregado de Educação;



- O docente orienta o aluno na realização da tarefa que lhe foi atribuída pelo professor da turma;
- Quando a aluno não traz uma tarefa para cumprir, o docente do G.I.D. atribui-lhe uma atividade de um dos manuais de que seja portador;
- O docente regista no computador/livro de registos o nome dos alunos que acompanhar, bem como as atividades desenvolvidas.

Artigo 7.º

Acompanhamento e Monitorização

O acompanhamento e monitorização deste programa cabe ao coordenador do G.I.D.

No final de cada ano letivo, o coordenador realiza uma avaliação final de todo o programa, elaborando um relatório que é analisado em Conselho Pedagógico.

3.2.15. Desdobramento da Área Curricular Não Disciplinar de Cidadania

Tendo em consideração que, no 3.º ciclo, a “Cidadania” corresponde a um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento da formação pessoal e social e da literacia digital, optou-se pelo seu desdobramento, com o objetivo de promover o uso eficiente, responsável e cívico das ferramentas digitais.

Operacionalização:

Metade da turma tem aula nas salas de informática com um professor do grupo 550, enquanto a outra metade está a ter aula com o diretor de turma, de forma alternada, de semana a semana.

Acompanhamento e Monitorização:



No final do ano letivo, é aplicado um questionário aos docentes e discentes, na plataforma virtual *Moodle*, a partir do qual se elabora um relatório com vista à avaliação da eficácia da medida implementada.

4. Eixo II – PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS DOCENTES

No mundo atual a formação de professores é muito mais do que um curso universitário. O desenvolvimento profissional pressupõe que o professor se envolva na sua própria aprendizagem ao longo de toda a sua carreira, tendo em vista, entre outros, a atualização de conhecimentos pedagógico-didáticos, por forma a motivar os alunos para o estudo e responder às suas questões dado que, cada vez mais, eles têm acesso a uma aliciante oferta informativa fora do espaço escolar.

Muitas vezes as dificuldades de aprendizagem dos alunos despoletam no professor a vontade de alterar as suas práticas letivas levando-o, por sua iniciativa, ou não, a procurar atualizar-se científica e pedagogicamente, recorrendo a cursos e ações de formação que lhe são oferecidas/sugeridas pelos centros de formação.

Assim, tendo em vista melhorar os conhecimentos e os resultados dos seus alunos, proporcionando aos professores essa atualização e a aquisição/reforço de competências, a ESDR propõe a constituição de um centro de formação.

5. Eixo 3 – MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA E PARCEIROS SOCIAIS

A escola não pode nem deve esquecer que a sua função só tem sentido quando se abre ao meio envolvente. Neste sentido, o trabalho colaborativo com diferentes instituições é imprescindível, assim, neste contexto a escola estabeleceu tem as seguintes parcerias:

- Arrisca; UMAR; AMI; ACRA; PSP; CIPA; Centro de saúde de Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada; Museu Carlos Machado; Universidade dos Açores; Biblioteca Pública; Fundação PT; Instituto Cultural de Ponta Delgada; Sociedade Portuguesa de Física; Direção Regional da Juventude;



ESCOLA SECUNDÁRIA DOMINGOS REBELO
Plano Integrado para a Promoção do Sucesso Escolar - ProSucesso

Grupo Bensaúde; Finançor; Agro Alimentar; Associação de Pais e Encarregados de Educação; Associação dos estudantes; Banco Portugal e Escola Segura.

Ponta Delgada, 27 de janeiro de 2016

A Presidente do Conselho Pedagógico



(Helena Maria da Silva. Brandão Eufrásio Lourenço)

